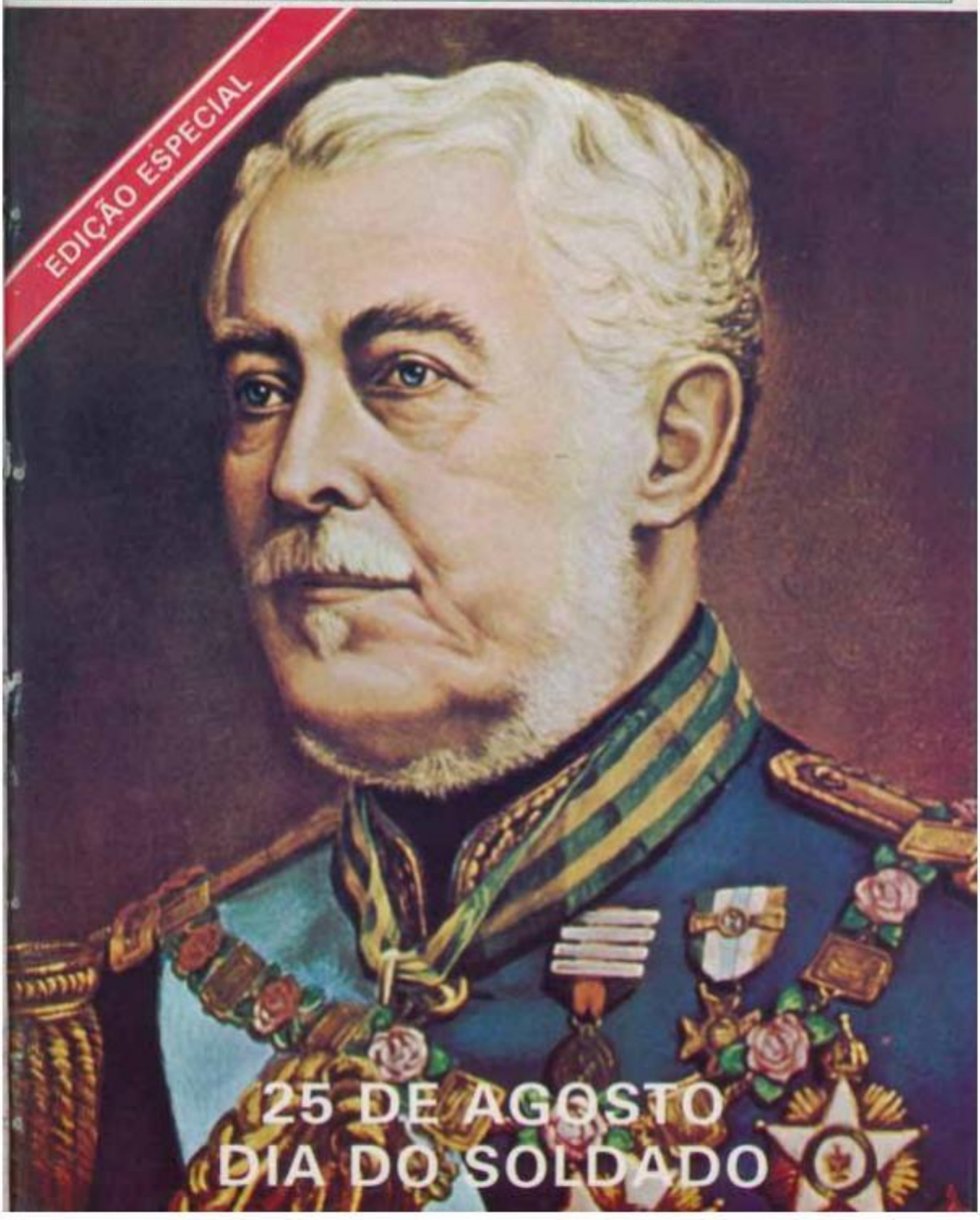
o verde-oliva

Centro de Comunicação Social do Exército — Brasília, agosto 1982 — Ano X — Nº 77

EDIÇÃO ESPECIAL



25 DE AGOSTO
DIA DO SOLDADO

25 de agosto-Dia do Soldado.

Exército, Presença Nacional.

Editorial

"O verde oliva", publicação mensal editada sob a responsabilidade do Centro de Comunicação Social do Exército, apresenta, nesta Edição Especial, totalmente a cores, o maior número de páginas de toda a sua história, desde 1973, quando circulou pela primeira vez.

São 20 páginas de assuntos de natureza militar, mas que agradarão, também, ao leitor civil.

Destacamos, inicialmente, o **Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro**, *precedência intencional, para demonstrar a preocupação constante de nossa Força com a atividade-fim.*

O Exército e a Amazônia *é um tema que, somente pelo título, já desperta o interesse de qualquer cidadão brasileiro.*

Inúmeras têm sido as indagações sobre a **Fundação Habitacional do Exército e a POUPEX**. *Esperamos, neste número, responder a algumas delas.*

Nas páginas centrais e em duas capas o nosso tributo ao **Artífice da Unidade Nacional-Caxias.**

Estávamos em débito com nossos leitores em relação a dois assuntos, tratados nesta edição: **A Educação Física e o Desporto no Exército** *e* **Ação Comunitária.** *Passaremos, ainda neste ano, a abordá-los com mais freqüência.*

Duas Organizações Militares são objeto de reportagem — a novíssima **1ª Brigada de Artilharia Antiaérea** *e a tradicional* **Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.**

A modernização e a atualização de nosso **Material Bélico** *acompanham a evolução da tecnologia e a sua nacionalização minimiza os custos e proporciona segurança e independência ao País.*

Lançado em abril deste ano, o **Informe VO** *encerra a Edição Especial, evidenciando algumas atividades da Engenharia Militar.*

Os assuntos apontados indicam a constante preocupação do Exército com o seu aperfeiçoamento, condição indispensável para que possa continuar cumprindo a sua missão constitucional. Os resultados alcançados traduzem o esforço de todos os componentes da Força, inspirados pela responsabilidade profissional e pelo amor ao Exército, tendo como paradigma a figura do Duque de Caxias.

Nossa Capa

Há homens que se confundem com o próprio espírito da Pátria. Assim foi Caxias. Quando lutou pela soberania do Brasil e ao estender a mão aos vencidos, ele foi brasileiro. Soldado e parlamentar, militar e estadista, Caxias foi um dos intérpretes dos anseios do País. No período de sua vida tornou-se o grande responsável pela unidade nacional. Ao renunciar a si mesmo, elevando-se à medida em que colocava os interesses nacionais em primeiro lugar, afirmou ainda mais sua personalidade repleta de grandeza.

Sumário

4 — Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro

6 — Ação Comunitária

7 — Fundação Habitacional do Exército e a POUPEX

8 — O Exército e a Amazônia

10 — Caxias: o Artífice da Unidade Nacional

12 — 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea

13 — A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

14 — A Educação Física e o Desporto no Exército

16 — Material Bélico

18 — Informe VO

Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro

O Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), em implantação desde 1976, foi desenvolvido pelo Estado-Maior do Exército, a partir da análise do problema militar brasileiro e a conseqüente identificação e definição dos níveis de capacitação operacional a serem alcançados na preparação da Força Terrestre Brasileira: OPERACIONALIDADE; EFICIÊNCIA OPERACIONAL e PODER DE COMBATE.

OS NÍVEIS

Esses conceitos identificam níveis crescentes de preparação militar das Organizações Militares (OM) operacionais, particularmente no que se refere a seu treinamento militar coletivo, ou seja, a seu adestramento.

A OPERACIONALIDADE é o nível mínimo admitido de preparação militar, no qual as OM devem apresentar:

– Estrutura organizacional, pessoal e material praticamente completos;

– Adestramento mínimo, que corresponde a "SABER EXECUTAR" as missões de combate que lhes competem.

A EFICIÊNCIA OPERACIONAL é o nível em que as OM devem apresentar:

– Estrutura organizacional, pessoal e material completos;

– Adestramento máximo, que corresponde a "SABER EXECUTAR COM EFICIÊNCIA" as respectivas missões de combate que lhes competem.

O PODER DE COMBATE é o nível máximo de preparação militar das OM, resultante da conjunção dos seguintes fatores:

– Estrutura organizacional, pessoal e material completos;

– Comandantes, em todos os níveis, com elevado valor profissional;

– Tropa com elevado Valor Moral;

– Nível de adestramento – Eficiência Operacional, complementado através de uma "preparação específica", que assegure às OM condições de executarem, com eficácia, suas respectivas missões, em um ambiente operacional e frente a um inimigo específicos.

O SIMEB, além da identificação e definição dos níveis de capacitação operacional a serem atingidos, estabelece a correlação entre estes níveis de preparação da Força Terrestre e a situação existente quanto à Segurança Externa, indicando, em conseqüência, o momento em que cada um deles corresponde ao nível de preparação adequado à nossa Força Terrestre.

CONSTITUIÇÃO DO SIMEB

O SIMEB, cuja finalidade fundamental é assegurar a preparação da Força Terrestre, constitui-se de um conjunto integrado e coerente de objetivos a atingir, documentos de acionamento da instrução, metodologias específicas e adequadas e de instrumentos de apoio à instrução militar.

No amplo elenco das atividades da Instrução Militar que conduzem à preparação da Força Terrestre, o SIMEB confere especial ênfase:

– à **Instrução Individual**, cujo objetivo é habilitar o homem para o desempenho das funções correspondentes aos cargos militares, tornando-o apto a integrar os diversos agrupamentos que constituem a Organização Militar;

– ao **Adestramento**, como instrumento de transformação dos diferentes agrupa-

mentos em instrumentos de combate, conferindo-lhes o adequado grau de capacitação operacional;

– à atuação no **Domínio Afetivo** (Área Afetiva), cuja finalidade é desenvolver e consolidar os atributos considerados fundamentais ao combatente em geral, dando-lhe uma estrutura moral que o capacite a suportar as pressões e tensões do combate e, no que se refere aos quadros permanentes, em particular, desenvolver fundamentalmente sua capacidade de liderança;

– à preservação e à ampliação da **experiência operacional** de nossa Força Terrestre.

Dentre os diversos instrumentos que integram o SIMEB merecem destaque:

Documentos de acionamento da Instrução Militar

– Diretriz Geral de Instrução do Estado-Maior do Exército – documento bianual, cuja finalidade é orientar o planejamento, o controle e a execução das atividades de Instrução Militar;

– Os Programas-Padrão das séries BRAVO (PPB), QUEBEC (PPQ), ALPHA (PPA) e ECHO (PPE).

Os PP da série **BRAVO** acionam a Instrução Individual Básica, cuja finalidade é preparar o combatente básico, soldado ambientado e habilitado a iniciar a instrução de qualificação. Em relação a esses PP, estão em elaboração os PPB-3 – Combatente básico pára-quedista e PPB-5 – Combatente básico territorial (TG), completando assim essa série.

Os PP da série **QUEBEC** acionam a Instrução Individual de Qualificação de Cabos e Soldados de todas as QM, cuja finalidade é preparar o combatente mobilizável, cabos e soldados aptos a ocupar os cargos que lhes correspondem na Organização Militar a que pertencem.

Todos os PP dessa série já foram elaborados e distribuídos às OM.

Os PP da série **ALPHA** acionam o Adestramento Básico nas OM operacionais, cuja finalidade é concretizar a preparação militar dessas organizações.

Dos PP da série ALPHA, cuja elaboração está a cargo do EME, o PPA INF/1 – Adestramento Básico do BI e BIMtz já foi distribuído; os PPA referentes aos GAC, BECmb/DE, RCMec e Esqd C Mec e BIPqdt encontram-se em fase de revisão e impressão, e outros encontram-se em elaboração.

Os PP da série **ECHO** acionam os Estágios de Instrução. Destes, já foi elaborado e distribuído o PPE-00/01 – Preparação do Instrutor de Tiro e encontra-se em elaboração o PP correspondente ao Estágio de Serviço e Habilitação dos Oficiais R-2 das Armas e Quadro de Material Bélico.

Meios auxiliares de instrução

– Audiovisuais relacionados com os atributos da Área Afetiva, dos quais já foram elaborados e distribuídos: Disciplina, Camaradagem, Responsabilidade e Atitude contrária a Vícios. Estão em elaboração: Espírito de Corpo, Iniciativa, Lealdade, Coragem, Dedicação e Perseverança;

– Cadernos de Instrução.

Outros instrumentos

Plano para implantação de infra-estrutura física de apoio à instrução e ao adestramento do Exército Brasileiro (PAIEB) – projeto destinado a proporcionar, progressivamente, uma infra-estrutura de apoio à Instrução Militar mediante a construção de estandes de tiro, pistas de aplicação de técnicas e táticas individuais, instalações desportivas, etc.

Instruções Gerais de Tiro com o Armamento do Exército (IGTAEx)-regulam a instrução de tiro com o armamento em uso no Exército. As Instruções referentes ao armamento leve já estão distribuídas e as relativas a outros armamentos estão em elaboração. Baseado nessas Instruções estão sendo realizados estudos que definirão as dotações de munição para a instrução militar.

Combustíveis Operacionais – combustíveis distribuídos às OM operacionais destinados à execução do adestramento.

A OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE

As condicionantes básicas, decorrentes do problema militar brasileiro, tal como se apresentam na atualidade, estabelecem duas necessidades para a preparação da Força Terrestre:

– Concretizar a OPERACIONALIDADE da Força Terrestre como condição de preservação de sua essencialidade e de possibilidade para a obtenção, quando necessário, de níveis de capacitação operacional mais elevados, visando à segurança externa;

– Gerar o PODER de COMBATE, desde já, em força de natureza e valor adequados, visando à segurança interna.

O fato de uma Nação não ter ameaças externas ou tê-las a níveis pouco sensíveis para o homem comum, poderá caracterizar grandes dificuldades para o profissional militar concretizar e manter a OPERACIONALIDADE da organização.

O corolário desta situação é a afirmação de que o militar de carreira de uma Nação sem guerra externa evidente, deve ter maior densidade profissional do que aquele que trabalha em face de uma guerra. Ele deve ter convicções mais profundas quanto à importância e quanto ao significado de sua atividade no contexto da sociedade a que pertence. Sem isto, ocorrerá a descaracterização do profissional e da Instituição.

Assim, as circunstâncias que envolvem a preparação da Força Terrestre brasileira devem compelir seus profissionais, permanentemente ao cuidado com a OPERACIONALIDADE das Organizações Militares que a compõem, constituindo-se no impulso que deve orientar a AÇÃO DE COMANDO dos Comandantes, em todos os níveis.

No nível OPERACIONALIDADE o confronto é remoto; no nível PODER DE COMBATE ele é iminente.

A Qualificação dos Soldados é baseada nos PPQ-1

Ação Comunitária

A Ação Comunitária requer dedicação, persistência e amor ao próximo

Cerca de 500.000 documentos distribuídos, somente na Amazônia Oriental e números de igual expressão em outras regiões; atividades de Ação Cívico-Social desenvolvidas em todo o Brasil pelos Grandes Comandos e Grandes Unidades, propiciando, através de suas Organizações Militares subordinadas, benefícios diretos a 30.000 pessoas, em média, por operação realizada (sem cogitar os efeitos indiretos, proporcionados pelos ensinamentos transmitidos às comunidades assistidas); apoio, em âmbito nacional, às campanhas de vacinação; colaboração nos programas de obras contra as secas, seja abrindo frentes de trabalho, seja orientando as populações atingidas; demarcação de reservas indígenas; participação na Defesa Civil. Esses são alguns exemplos das realizações do Exército no campo da Ação Comunitária.

Os resultados alcançados são fruto do esforço e da dedicação de todas as Organizações Militares que, sem alarde e sem prejudicar a atividade-fim, estão realizando um trabalho verdadeiramente admirável, particularmente no que diz respeito à Ação Cívico-Social.

ACISO

A Ação Cívico-Social (ACISO) é uma das atividades mais importantes do campo da Ação Comunitária, no qual também se insere a colaboração do Exército na Defesa Civil e no planejamento das medidas de defesa e segurança dos Serviços Públicos Essenciais.

Por força de Diretriz Ministerial que regula o assunto, deve atender preferentemente, às regiões mais carentes da periferia dos grandes centros urbanos e às comunidades rurais do interior do país. Com este espírito, é realizada há muito tempo, sem prejudicar a atividade-fim da Força Terrestre, utilizando apenas recursos locais e contando com a participação de órgãos públicos, federais, estaduais e municipais. Na atualidade, procura dar ênfase ao aspecto educativo e às medidas que assegurem a continuidade das ações realizadas durante a fase de execução.

SETORES DE ATUAÇÃO DA ACISO

Os seguintes setores, entre outros, são normalmente considerados na preparação de um programa de ACISO: transporte, higiene, saúde, saneamento básico, educação, bem-estar, recreação, civismo, assistência ao lar, assistência religiosa, orientação agropecuária e fornecimento de documentos. Este último, denominado "OPERAÇÃO IDENTIFIQUE-SE COM SEU EXÉRCITO", é particularmente importante porque permite, através da posse de documentos, que um grande número de brasileiros tenha acesso aos benefícios da previdência social, além de possibilitar-lhes maiores oportunidades no mercado de trabalho e proporcionar-lhes as condições mínimas para pleitear títulos de propriedade junto ao INCRA e programas sociais do Governo.

Diversos desdobramentos são possíveis dentro de cada um desses setores, variando as atividades desde a assistência médico-odontológica, até a demarcação de reservas indígenas. Algumas idéias, contudo, são básicas e estão presentes em todas as ACISO realizadas de Norte a Sul: participação da comunidade, esforço conjunto do povo, dos coordenadores e das autoridades, espírito comunitário e trabalho sob a forma de mutirão, sempre que possível.

O EXÉRCITO E AS COMUNIDADES

As ACISO realizadas por todas as Organizações Militares, durante o ano de instrução, não se confundem, evidentemente, com as atividades da mesma natureza desenvolvidas pelo Exército e demais Forças Armadas nas fronteiras, na Amazônia e no Nordeste. Nesses casos, o auxílio às populações vem sendo prestado, há décadas, de forma ininterrupta, pois, em muitas situações, a Unidade Militar ainda é o único elo de ligação das comunidades com o restante do país e o único órgão a dispor de meios para prestar auxílio aos brasileiros que vivificam aquelas vastidões.

PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Seria, contudo, um raciocínio incompleto imaginar que todas essas atividades envolvem apenas a participação do Exército, Órgãos Públicos e comunidades assistidas. Milhares de voluntários em todo o Brasil, particularmente estudantes universitários e professores, colaboram nessa ação meritória, viabilizando e valorizando as ACISO através de seu trabalho entusiasmado, ao mesmo tempo em que tomam consciência da realidade nacional.

Colônia de Férias, uma das atividades da ACISO

A Fundação Habitacional do Exército e a POUPEX

Oriunda da antiga CFIEX, a Fundação Habitacional do Exército-FHE, foi criada com o objetivo de dinamizar o sistema de captação de poupança e agilizar o processo de aquisição da casa própria, pelos militares da ativa e da reserva.

Tais benefícios, hoje estendidos aos civis do Ministério do Exército, pensionistas e cadetes da AMAN, são proporcionados através da Associação de Poupança e Empréstimo-POUPEX, entidade gerida pela FHE, cujo objetivo fundamental é o de proporcionar ou facilitar a aquisição e construção da casa a seus associados cumprindo-lhe, ainda, cuidar da captação de recursos, motivar e disseminar a poupança no setor habitacional.

Com sua ação estendida a todo o território nacional, a POUPEX, para maior comodidade de seus associados, colocou-lhes à disposição a maior rede bancária do país – a do Banco do Brasil. Efetuar depósitos mediante consignação em folha, fazê-los livremente e a qualquer tempo, ou associar ambas as formas, movimentar uma conta bancária e uma Caderneta de Poupança, no mesmo estabelecimento bancário constituem, realmente, um privilégio que só aos associados da POUPEX é dado usufruir.

Casa própria – objetivo de todo associado da POUPEX

Considerando-se o objetivo fundamental da POUPEX, aos seus associados é facultado beneficiar-se das seguintes linhas de atuação do sistema FHE/POUPEX a seguir, resumidamente, apresentadas:

– **Empreendimentos promovidos pela FHE**
A FHE, na qualidade de Agente Financeiro, Promotor e para as Atividades Complementares do PROHEMP (Programa Habitacional Empresa), contando com recursos do BNH, adquire terreno, desenvolve projetos, contrata a construção e vende as unidades produzidas aos associados da POUPEX que concederá os financiamentos necessários à sua aquisição.

– **Linhas de financiamentos da POUPEX**

a – CICAP (Construção Individual da Casa Própria)
O associado obtém financiamento individual que poderá incluir os custos do terreno, dos projetos e da construção da residência.

b – PLANO CONDOMÍNIO
Um grupo de associados, reunido em regime condominial, obtém financiamento que poderá incluir os custos do terreno, dos projetos e da construção do empreendimento.

c – AQUISIÇÃO DE UNIDADE ISOLADA
O associado obtém financiamento individual para adquirir unidade pronta.

Todavia, para que possam seus associados alcançar o benefício da casa própria, é preciso considerar que os recursos liberados para financiamentos são, em parte, os provenientes dos depósitos feitos em suas Cadernetas de Poupança, uma das fontes de recursos com que também conta o Sistema Financeiro de Habitação.

Isto significa dizer que é graças às Cadernetas de Poupança, cujos depósitos hoje ascendem a 3,4 trilhões de cruzeiros, que se conseguirá financiar a casa própria para 600 mil pessoas, no decorrer deste ano, em todo o país.

"Levar o homem a poupar não é tarefa fácil, pois o natural do homem é gastar; a poupança é própria apenas das culturas mais refinadas, visto que a capacidade de poupar é sempre mais desenvolvida nos povos de culturas mais avançadas", afirmam sociólogos, psicólogos e antropólogos.

A considerar-se que aos povos desenvolvidos é facultada a capacidade de poupar, dado às melhores condições econômico-financeiras, ao brasileiro reconhece-se, atualmente, um acentuado avanço desse salutar hábito.

Vão longe os idos de 1967, quando foram lançadas as primeiras Cadernetas; há dez anos atrás, somente 10% da população adulta dos grandes centros urbanos do país, depositava sua poupança. Decorridos 15 anos, o número de Cadernetas de Poupança é calculado em torno de 40 milhões!

Esses dados, por si só, espelham seu significado. A preferência do público pelas Cadernetas, nos nossos dias, ocupa os espaços que antes vinham sendo dedicados às letras de câmbio, ações, debêntures e outros papéis. Até mesmo a aplicação em imóveis cedeu lugar a elas.

Ainda são aqueles mesmos estudiosos do comportamento humano que hoje afirmam à luz dessa evolução: quem aplica em poupança pensa muito mais no futuro, na segurança da família, do que em investir propriamente. E acrescentam. Mesmo quando o nível de renda o permite, as pessoas, hoje em dia, investem em imóveis, mas não esquecem de aplicar parte de suas disponibilidades em Cadernetas de Poupança.

Este é o nosso caso. A POUPEX se propôs a propiciar a casa própria, mas não se esqueceu de acrescentar: – "cumpre-lhe, também, cuidar da captação de recursos, motivando e disseminando a poupança, no setor habitacional".

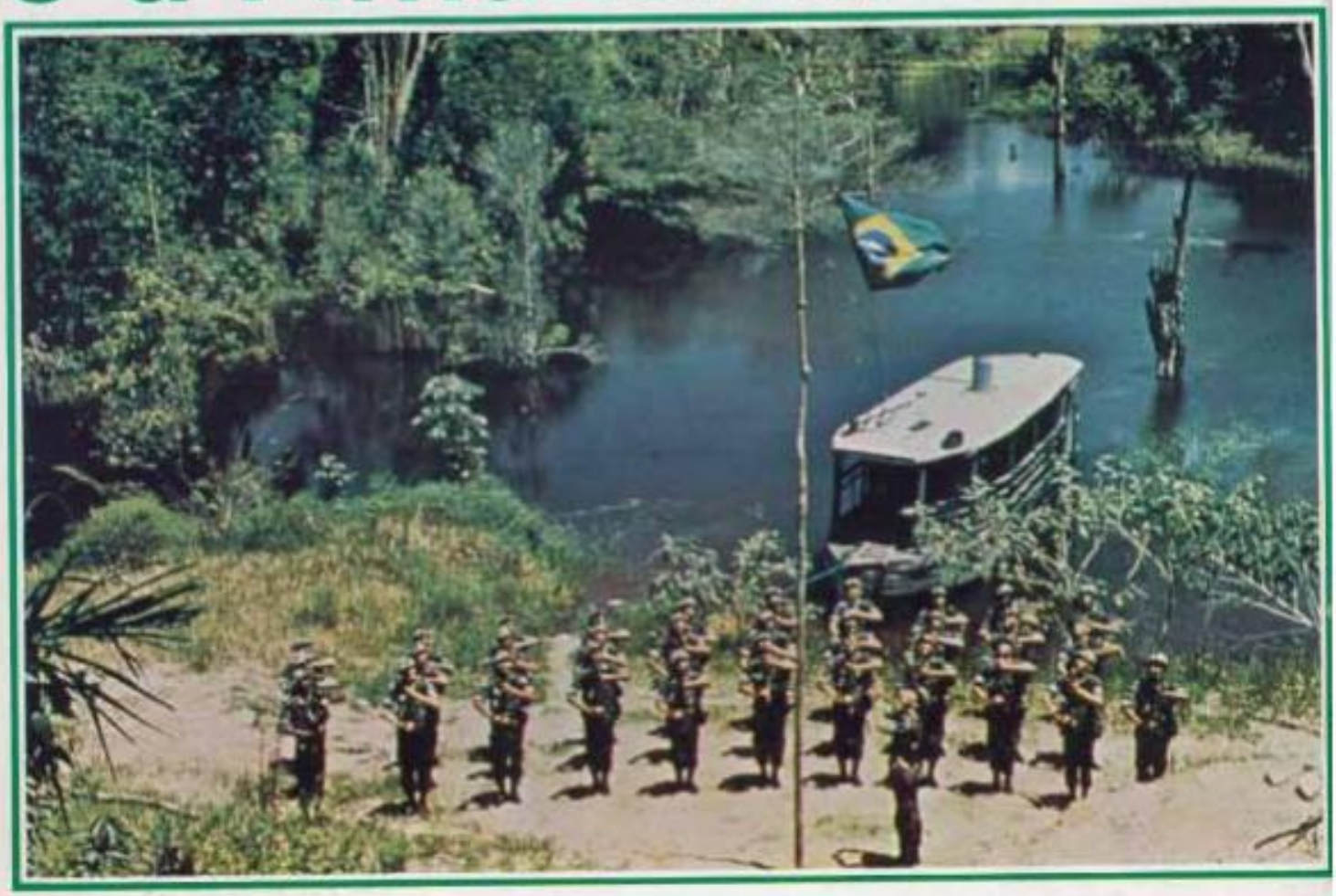
A figura da casa própria, jamais estaria completa ou seria real se não estivesse aposta, aliada, em íntima conexão com a idéia da poupança. Como até seria utópico, fantasioso e incoerente, se ao ser constituída uma entidade de tal alcance social, que busca envolver economias "encanecidas" e amealhadas com sacrifício, não as gerisse de molde a colocar à disposição dos associados, toda a sorte de vantagens que um sistema pudesse oferecer.

A POUPEX é assim – uma Associação de Poupança e Empréstimo completa. Tudo bem feito. Tudo bem pensado. Um grupo de associados, a serviço de outros associados.

É como queremos ser vistos e assimilados por todos que acreditam na idéia.

POUPAR
É
POUPEX

O Exército e a Amazônia



"Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la".

A conquista da Amazônia foi uma brilhante iniciativa de Portugal, levada a efeito por portugueses e luso-brasileiros.

O ponto de partida, o marco zero de todas as ações, foi o Forte do Presépio, construído em 1616, em torno do qual, usufruindo a segurança proporcionada pela presença atuante da força armada, surgiu a povoação que foi a origem da atual capital paraense.

Dali, da foz do grande rio, partiram brasileiros e portugueses, unidos pelo mesmo ideal, para expulsar franceses, ingleses e holandeses, que já se encontravam estabelecidos na região, atuando com ampla liberdade.

Essa penetração era feita em todas as direções, ora buscando a Guiana, ora em direção ao Planalto Central e muitas vezes em direção ao Oeste.

Era a incorporação da Amazônia ao império português que se ia processando a passos largos com o indispensável suporte da força armada, que se fez presente desde os primeiros momentos.

EXPEDIÇÃO

Em 1637, a expedição de Pedro Teixeira, cujo objetivo, muito mais político que científico, não era um simples reconhecimento, visava, principalmente, ao rompimento da fronteira para o Oeste.

Quito foi alcançada pelo bravo expedicionário, cuja presença na vertente do Pacífico causou, justificadamente, sérias apreensões aos espanhóis. Ao retornar, fixou-se na foz do rio Napo, em terras que, posteriormente, passavam ao domínio espanhol, um marco, símbolo da presença luso-brasileira naquelas distantes paragens.

Com vistas à consecução dos objetivos de garantir a posse da extensa região e de balizar as fronteiras, lançaram-se os luso-brasileiros, partindo do Forte do Presépio, à ingente tarefa de estabelecer unidades militares que, como núcleo de defesa e de povoamento, assegurassem a inviolabilidade do território, barrando as vias de acesso que, do exterior, conduziam ao centro regional de poder e de decisão da época, o núcleo urbano que hoje é a cidade de Belém.

FORTES E ACAMPAMENTOS

Desta forma, foram erguidos, dominando a faixa Norte do estuário, os Fortes de São José de Macapá, Óbidos, São José do Rio Negro (em torno do qual se ergueu e fixou a povoação que deu origem à cidade de Manaus), São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas, São Joaquim do Rio Branco, São Francisco Xavier de Tabatinga, Príncipe da Beira e inúmeros fortins e acampamentos.

No centro irradiador desse desafio, na proa dessa vibrante arrancada está o Exército Brasileiro. De corpo inteiro. Rasgando a floresta para plantar a estrada. Abrindo a clareira para fundar a escola. Afastando a árvore para instalar o hospital. Ocupando os corações para fecundar o civismo e a fé no Brasil.

O Exército irrompe como sentinela avançada. São cerca de 10 mil quilômetros de linhas de fronteira — extensão linear maior do que a nossa costa atlântica — debaixo de vigilante dispositivo de segurança.

MISSÃO PRIMORDIAL

Mas, além da missão primordial de segurança, acresce-se o sacerdócio do desbravamento. O Exército reconstitui no mar de selvas a epopéia das bandeiras. Foi assim com Rondon, foi assim no Brasil-Sul, é assim na Amazônia.

INSTRUMENTO DE CIVILIZAÇÃO

Os quartéis do Exército, dispersos por aquela imensidão verde, constituem, em quase todas as suas sedes, o único instrumento de civilização e de apoio às populações civis, inclusive, para orgulho do soldado brasileiro, de apoio aos habitantes lindeiros de outros países, vizinhos e amigos.

É o verde-oliva das fardas que ameniza as difíceis condições de vida daqueles brasileiros, quase isolados pela vastidão e agressividade do meio físico em que habitam.

O Exército, em sintonia com a política do Governo Federal de desenvolvimento da região, transferiu a sede do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus e criou duas Regiões Militares abrangendo os Estados do Amazonas, Pará, Acre e Rondônia e Territórios de Roraima e Amapá.

Manaus foi escolhida por ser o centro da Amazônia e pólo dinâmico de segurança e desenvolvimento da região e para onde convergem todas as vias de acesso.

É complexo o adestramento de um Batalhão de Infantaria de Selva

O Comando Militar da Amazônia está consciente da importância estratégica da área e do valor da sua participação através de atividades e empreendimentos nos setores de colonização, assistência odonto-médica hospitalar, povoamento, educação, formação de mão-de-obra qualificada e na implantação, através da Engenharia Militar, de uma infra-estrutura de transporte.

Essa é a Amazônia.

Aceitamos o desafio.

CAXIAS: Artí da U

Se é verdade que o Brasil emancipou-se quase sem derramamento de sangue, é também verdade que a preservação da sua unidade exigiu ingentes sacrifícios e lutas, que se prolongaram até o 2º Império.

Ainda jovem, Caxias participou das lutas pela nossa independência, marchando contra as forças portuguesas do General Madeira, que não reconhecia o fato consumado. Já nessa época, recebeu, por atos de bravura, a comenda do Cruzeiro, a maior distinção da época.

A partir da nossa emancipação, e no decorrer da fase mais difícil da preservação e consolidação da independência, sem perda da unidade nacional, destaca-se a atuação de um homem – Caxias. Sua espada e seu gênio foram os óbices que se antepuseram a todas as investidas e ameaças de desagregação de nossa pátria. O Brasil, um contingente unido por um só idioma, manteve essa unidade graças à incansável e ininterrupta atuação do grande vulto, que dedicou sua vida à pacificação dos brasileiros e à integridade do nosso território.

Com a abdicação de D. Pedro I, constituiu-se a Regência. Era a solução conciliadora que melhor atendia àquelas circunstâncias. Subsistia o risco de uma fragmentação política, com o advento de uma República temporã. A Regência era, por essas razões, a solução indicada, dando tempo para a Nação reafirmar-se e partir para a conquista de seu destino. Assim o compreendeu Caxias; e, em decorrência desse entendimento, pautou a sua conduta de militar, estadista e diplomata.

Tal como acontece em diversos momentos da história de um povo, muitos não compreenderam o momento político. E porque não o compreenderam, não se conformaram e acabaram em insurreição aberta em vários pontos do país. Do Pará ao Rio Grande do Sul, os movimentos de contestação sucediam-se. Vistos agora podemos compreender que aquelas movimentações, embora de contribuírem para a [illegible] nossa pátria, constituíram [illegible] integridade nacional.

Caxias teve a clarividência e o discernimento para compreendê-los, sem contudo, se deixar envolver por eles. A constância e a coerência de suas atitudes são a prova de que soube olhar para o futuro, enquanto combatia os rebeldes e pacificava os espíritos. Sua formação militar, o apego às leis, o amor à disciplina contribuíram para a cristalização de seu caráter íntegro. Não pontuava os cargos por vaidade, mas aceitava os desafios. Na sua fidelidade ao trono, deve-se ver a manifestação de sua visão de grande estadista, [illegible] endo, naquele momento, na [illegible] monárquica, o meio mais seguro de preservar a unidade nacional.

A BALAIADA

As freqüentes crises de autoridade que enfraqueciam o Governo Central desde a abdicação, aliadas às desavenças partidárias, teriam forçosamente que refletir-se nas províncias. No Maranhão, os ânimos exaltados degeneraram em desordens, gerando o terror e a insegurança e ameaçando alastrar-se às regiões vizinhas.

Após dominarem a cidade de Caxias, os rebeldes declararam a província separada do Brasil. A Balaiada seria, pois, insurreição de graves proporções e de conseqüências imprevisíveis se tivesse êxito. Empenhada, no Sul, em luta contra os Farrapos, a Regência não atentou, desde o início, para a verdadeira extensão daquela rebelião. Porém, com a ameaça a São Luís, sentiu o governo a gravidade da situação. O fanatismo do cangaço ameaçava tragar a província.

A situação do governo provincial parecia insustentável. Batidos em todos os encontros, suas tropas estavam aniquiladas e sem moral. Diante dessa situação, o Governo Central apelou para Caxias, nomeando-o Presidente da Província e Comandante das Armas. Sem se descuidar do aspecto político de sua nova missão, Caxias reorganizou o pequeno exército, levantou-lhe o ânimo e incutiu-lhe coragem e confiança.

Após lançar a célebre proclamação aos maranhenses, concitando-os ao esforço conjunto para alcançarem a paz, prometeu retidão e imparcialidade. Iniciou, então, a pacificação da província [illegible] do suas forças em [illegible] colônias. Com [illegible] conquistava [illegible] Com o outro [illegible] as posições conquistadas. Cedo [illegible] a confiança de todos – povo e partidos políticos.

Finalmente, pôde anunciar a pacificação do Maranhão, marcando, com essa vitória, mais uma contribuição para a unidade nacional. Como reconhecimento por tão relevantes serviços, foi promovido a general e agraciado com o título de Barão de Caxias.

REVOLUÇÃO DE SÃO PAULO

No decorrer de 1841, os dois grandes partidos – Liberal e Conservador – lutavam acirradamente pelo poder. A declaração da maioridade ocorreu numa época difícil para a situação política do país, agravada ainda pela Revolução dos Farrapos. Alegando que a lei que criava o Conselho de Estado e a que reformulava o Código do Processo Penal eram indícios de governo autoritário e convictos de que o governo central não disporia de meios para enfrentá-los, os liberais de

ice
nidade Nacional

São Paulo e Minas Gerais aproveitaram o pretexto para o desafio ao governo imperial.

Perigosas, se tivessem sido deflagradas simultaneamente, como planejado, as revoluções de São Paulo e Minas Gerais eclodiram defasadas. Sem aguardar reforços, Caxias embarcou com apenas dois Batalhões de Caçadores e um Corpo de Artilharia, que ocuparam as passagens sobre o rio Paraíba, impedindo o avanço rebelde sobre a capital. Com forças de Curitiba, ocupou o passo de Itararé, para frustrar um auxílio farroupilha. Com o inimigo bloqueado, e cortadas as possibilidades de auxílio externo, iniciou o combate aos sediciosos.

Cinco vezes mais numerosos, não puderam, contudo, os revoltados, impor-se ao pequeno contingente legalista, bem preparado e melhor orientado. [illegible] gando a Santos, pro[illegible] Caxias em marcha [illegible] até entrar [illegible] na capital da Província e na [illegible] Campinas. Os revoltosos resolveram marchar sobre essas duas cidades já as encontraram em mãos das forças legais. Surpreendidas, sofreram completa derrota em Venda Grande.

Devemos a Caxias não ter aquela sedição se alastrado pelo País. Se tivessem coroonado sua revolta com os mineiros e conseguissem fazer junção com a revolução farroupilha, outro talvez fosse o resultado daquele movimento.

A REVOLUÇÃO DE MINAS GERAIS

Os mineiros estavam animados dos mesmos propósitos que levaram os paulistas à rebelião. Preparados para a revolta na mesma época, tiveram o intuito frustrado pela rapidez com que Caxias liquidou a rebelião em São Paulo.

A revolta rebentou e se alastrou a toda a Província, contando com chefes capazes e favorecidos pelo terreno acidentado.

Caxias, nomeado comandante das Forças Pacificadoras de Minas Gerais, encontrava-se, ainda, ultimando a pacificação de São Paulo. Terminada sua missão naquela Província, marchou para Minas, com a finalidade de ocupar Ouro Preto. Conseguiu ocupar a capital antes dos rebeldes, surpreendendo-os com a rapidez.

Malogradas as tentativas de uma solução política, os rebeldes concentravam-se em Santa Luzia.

Travada a batalha decisiva de Santa Luzia, a princípio os insurretos, com efetivo superior e tirando partido da surpresa e do terreno, levaram vantagem. Caxias, porém, mais uma vez confirmaria [illegible] consagração de general invicto [illegible] rebeldes acabaram perdendo [illegible] que inicialmente lhes [illegible]

Teófilo Ottoni foi [illegible] grande e prestigiosa figura [illegible] ção de Minas. Como Feijó, em São Paulo, soube cair, não se furtando às conseqüências da derrota.

Mais uma província fora pacificada. Por seus relevantes serviços, Caxias, aos 39 anos, foi promovido a Marechal-de-Campo, Graduado.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Pacificados São Paulo e Minas Gerais, pôde o governo voltar maior atenção para a revolução farroupilha. Caxias deveria exercer simultaneamente as funções administrativas e militares, o que contribuiria para a pacificação desejada.

Pr[illegible]te, foi reduzido o territó[illegible] dos rebeldes, empurrando-os [illegible] para as fronteiras Sul e Oeste. [illegible]ecendo destacamentos ao longo de[illegible] fronteiras, privou os revoltosos do apoio estrangeiro, cortou-lhes a ajuda externa e circunscreveu a luta ao território da Província.

RENDIÇÃO COM HONRA

Vencidos os principais grupos rebeldes, e com as fronteiras fechadas, só restaria aos remanescentes revoltosos a rendição. Teria, contudo, de ser uma rendição honrosa, e Caxias lhes ofereceu a paz como reconhecimento do valor dos revoltosos.

A Revolução dos Farrapos passaria à História, não apenas como um movimento armado. Foi também, o fecho das grandes lutas internas debeladas por Caxias. Permitiu, mais do que em outras revoluções, revelar seu gênio, como militar e estadista. Farrapos marcou o destino de uma nação que haveria de permanecer una e indivisível.

CAXIAS – O PATRONO DO EXÉRCITO

A Caxias devemos, pois, a manutenção de nossa configuração territorial. A História não conhece vida militar mais longa e tão pontilhada de êxitos como a do Patrono do Exército Brasileiro. Mais de meio século lutando e vencendo sempre. Invicto na acepção exata da palavra.

Caxias foi, pois, o verdadeiro artífice da **Unidade Nacional**. A ele deve o Brasil a manutenção de sua integridade territorial, pela qual lutou ao longo de sua prodigiosa vida, contra as pressões internas de desagregação e contra as ameaças externas à nossa integridade.

EXÉRCITO,
PRESENÇA NACIONAL.

1ª Brigada de Artilharia Antiaérea

De todas as contribuições à arte da guerra surgidas neste século, nenhuma teve o impacto do avião de combate, exceto possivelmente a arma nuclear. O avião trouxe uma dimensão inteiramente nova à arte da guerra, até então restrita tradicionalmente à terra e ao mar.

Em vista do incessante aperfeiçoamento técnico da arma aérea, converteu-se em problema nacional para todos os países a proteção de seu território e de suas forças de combate contra os ataques aéreos. Cada país se vê obrigado, nos dias de hoje, a encarar seriamente os problemas da Defesa Aérea.

A partir de 1968, mediante iniciativa da Força Aérea, foram desencadeadas medidas para implantação do Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SINDACTA), o qual entrou em funcionamento, com sua primeira etapa concluída, o DACTA I, a 20 de janeiro de 1977.

O DACTA I, cuja cobertura abrange uma área de aproximadamente 500.000km², em torno do triângulo BRASÍLIA-RIO-SÃO PAULO, será continuado em breve pelo DACTA II, que cobrirá toda a região Sul do país.

Dentro desse contexto, e com base principalmente em determinações constantes da Diretriz para Defesa Aeroespacial, que atribui ao Exército Brasileiro responsabilidades de cobertura antiaérea no âmbito do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro, houve necessidade de serem destinados meios antiaéreos para esse fim.

CRIAÇÃO DA BRIGADA

A Artilharia Antiaérea iniciou a década dos anos 80 com perspectivas altamente promissoras, em face dos conceitos de importância e prioridade com que são atualmente encarados os problemas de Defesa Antiaérea no Exército Brasileiro, resultando na criação da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, que terá a seu cargo, entre outras, a defesa antiaérea das instalações do DACTA I.

O OERLIKON 35mm dispara 1.100 tiros por minuto

A 1ª Brigada, subordinada diretamente ao I Exército, conta atualmente com duas unidades, o 1º Grupo de Artilharia Antiaérea, no Rio de Janeiro, oriundo da transformação do antigo 1º G Can 90 AAe, e o 2º GAAAe, sediado em São Paulo, oriundo do antigo 2º G Can 90 AAe. Deverá, porém, ser acrescida de novas unidades que venham a proporcionar-lhe capacidade de defender todos os pontos e áreas sensíveis na sua área de responsabilidade, cuja defesa lhe tenha sido atribuída, à medida que novos meios antiaéreos sejam incorporados ao Exército.

A princípio, pode parecer estranha a subordinação da 1ª Brigada ao I Exército, tendo a mesma uma de suas Unidades localizadas em área de outro Exército; tal situação, no entanto, responde às imposições decorrentes da extensão da área abrangida pelo DACTA I e da localização das instalações existentes nesta área que requerem defesa antiaérea.

O MATERIAL

Os grupos são dotados com o material OERLIKON 35mm AAe e estão plenamente capacitados ao cumprimento das missões a eles atribuídas, qual seja o estabelecimento de defesas antiaéreas a baixa altura de pontos sensíveis localizados na área DACTA I.

O poder de fogo é concentrado nas Baterias de Canhões, cada uma contando com três Unidades de Tiro (UT).

A UT é constituída por duas peças geminadas, uma Central de Direção de Tiro (CDT) SUPERFLEDERMAUS dotada de radar e computador, e três geradores, sendo um para cada canhão e um para a CDT.

PROJETOS

Além do cumprimento das missões inerentes ao seu adestramento operacional, a 1ª Brigada vem desenvolvendo estudos, seja por determinação do EME, seja por iniciativa própria, no sentido do aprimoramento da doutrina de emprego da Artilharia Antiaérea, do desenvolvimento de novos materiais antiaéreos, na implantação de um sistema de manutenção de 3º /4º escalões para o material OERLIKON 35mm AAe e no desenvolvimento de um equipamento que permita a avaliação dos tiros nos exercícios de instrução.

O material OERLIKON engaja alvos voando acima de Mach 1; o radar os detecta a 50 km de distância.

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Criada em janeiro de 1919, como parte de um conjunto de medidas destinadas a atualizar o Exército Brasileiro, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) foi inaugurada em abril de 1920, quando Ministro da Guerra o Dr. Pandiá Calógeras.

Coube à Missão Militar Francesa, que fora chamada a orientar a modernização de nosso Exército, fornecer os oficiais para constituição do primeiro corpo de instrutores da nova Escola.

Desde então, a EsAO vem-se empenhando em bem cumprir sua missão:

– Atualizar e Aperfeiçoar os oficiais das Armas, Quadro e Serviços.

Ao Capitão, um dos elementos básicos de qualquer Exército, são endereçados todos os ensinamentos ministrados nesta Escola.

A EsAO está integrada num dos principais Órgãos do Exército, o Departamento de Ensino e Pesquisa, através da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento, à qual se acha diretamente subordinada.

Para o desenvolvimento de suas atividades, conta a EsAO com a contribuição da 1ª Divisão de Exército, que colabora com suas Brigadas e Unidades subordinadas, notadamente a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Escola).

A EsAO é comandada por um General-de-Brigada, que é também o Diretor de Ensino. Um Coronel Subcomandante auxilia-o no exercício do comando, desempenhando, ainda, as funções de Subdiretor de Ensino e de Chefe da Divisão de Ensino.

Colaboram com o Comando o Conselho de Ensino, o Estado-Maior, a Divisão de Ensino e a Divisão Administrativa.

O **Conselho de Ensino** destina-se a assessorar o comando na busca de soluções para os problemas técnico-pedagógicos.

Seu presidente é o Comandante da Escola e seus membros o Subcomandante, o Chefe da Divisão Administrativa, os Instrutores da Seção de Coordenação e Doutrina, os Instrutores-Chefes dos Cursos, o Chefe da Seção Técnica de Ensino e o Chefe da Seção de Cooperação das Armas e Serviços.

O **Estado-Maior** destina-se a preparar os elementos necessários às decisões do comandante na solução dos problemas gerais da vida escolar.

É constituído do Subcomandante, Chefe da Divisão Administrativa, Oficial de Relações Públicas, Ajudante e Secretário.

A **Divisão de Ensino** é o órgão pedagógico responsável pela qualidade do ensino. Sua essência é o oficial-aluno, para quem converge todo o trabalho desenvolvido. A esta divisão estão vinculados:

– Os Cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Material Bélico e Intendência;

– Os Cursos de Preparação e de Saúde, ministrados por correspondência;

– A Seção de Coordenação e Doutrina, destinada ao assessoramento do Comando da Escola, na coordenação, supervisão, uniformização, atualização e desenvolvimento da doutrina militar, no âmbito da EsAO;

– A Seção Técnica de Ensino, órgão especializado no planejamento, coordenação e controle do ensino e da aprendizagem;

– A Seção de Ensino de Cooperação das Armas e Serviços, que ministra os assuntos relativos ao emprego combinado das Armas e Serviços, bem como os de caráter geral não pertencentes aos currículos dos cursos.

A **Divisão Administrativa** destina-se a superintender e coordenar os serviços administrativos da Escola, como a alimentação, o transporte de pessoal e a manutenção de viaturas, entre outros.

A EsAO dispõe de uma Companhia de Comando e Serviços, subordinada diretamente ao Subcomandante, destinada à instrução e ao enquadramento do pessoal militar, ao funcionamento das diferentes dependências e à guarda do aquartelamento.

A maior parte das instalações da Escola data de sua inauguração. A par de sua conservação, comandos sucessivos vem realizando melhoramentos e ainda construindo novas acomodações; merecem destaque o pavilhão do comando e da administração, as salas de aula, a biblioteca, o auditório, as salas de estar dos instrutores e dos alunos, a cozinha e o refeitório.

Adequada assistência social é prestada aos oficiais e seus familiares, tanto pela Escola como por outras organizações.

Os oficiais residem em edifícios de apartamentos, próximos à EsAO, dispondo a área residencial, de quadras de esportes e parque infantil.

A guarnição militar conta com escolas de nível de 1º grau, estabelecimentos bancários, policlínica, hospital militar e um clube para oficiais.

Os cursos duram 9 meses e as instruções são ministradas utilizando-se modernas técnicas, tanto em sala de aula como no campo.

Além das atividades curriculares, a Escola desenvolve um programa extraclasse, que inclui conferências e visitas a organizações civis e militares.

A avaliação da aprendizagem é realizada através de verificações periódicas. Face ao número de alunos e à necessidade de presteza nos julgamentos, a Escola introduziu a computação eletrônica de dados no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem.

A cerimônia de encerramento dos cursos é um evento de significativa importância no cronograma escolar, reunindo autoridades, amigos e familiares dos formandos, que vêem coroados de êxitos seus esforços numa fase destacada de sua vida profissional.

Ao longo dos anos, profícuo tem sido o trabalho desenvolvido nesta Escola, onde Oficiais, não só do Exército Brasileiro, mas também oriundos do Corpo de Fuzileiros Navais e de Nações Amigas, vêm sendo aperfeiçoados.

Desta maneira, mantendo a tradição de aperfeiçoar gerações sucessivas de Oficiais – tradição forjada no trabalho árduo e preocupação constante de evolver, acompanhando as modificações técnicas e táticas introduzidas na arte da Guerra – a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais continua cumprindo sua relevante missão, contribuindo para melhor eficiência do Exército Brasileiro.

A Educação Física e o Desporto no Exército

Em 31 de março de 1980 foi criada a DIRETORIA DE ASSUNTOS CULTURAIS, EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (DACEDI, com a finalidade de dinamizar as atividades ligadas à Educação Física, à Equitação, ao Desporto, à Cultura e às Tradições do Exército. Assim, o novo órgão absorveu a Comissão de Desportos do Exército, enquadrou as Escolas de Educação Física e de Equitação, e incorporou a Biblioteca e o Museu do Exército.

JOGOS MARCIAIS

Em 1981, a DACED organizou, de forma inédita, na cidade do Rio de Janeiro, os I JOGOS MARCIAIS DO EXÉRCITO, que compreenderam as modalidades de basquetebol para oficiais, atletismo, pentatlo-militar e orientação, e que foram disputados por atletas representando os quatro Exércitos e os dois Comandos Militares de Área. A repercussão no Exército foi a melhor possível e os resultados auspiciosos. Os II JOGOS MARCIAIS serão realizados em 1983, em BRASÍLIA (estes Jogos serão disputados em anos alternados).

OLIMPÍADAS DO EXÉRCITO

Após oito anos de interrupção, dando continuidade à intensificação das atividades desportivas no Exército, serão reiniciadas neste ano as **Olimpíadas do Exército**, cuja execução passará agora a ser feita com intervalo de quatro anos.

As Olimpíadas, que já foram realizadas nas cidades de RESENDE, PORTO ALEGRE, RECIFE, BELO HORIZONTE, CURITIBA e BRASÍLIA, terão sua sede, em 1982, na cidade de CAMPINAS, uma das guarnições do II Exército, obedecendo a uma política de rodízio entre as Grandes Unidades. Serão, neste ano, disputadas por cerca de oitocentos atletas, no período de 24 a 31 de outubro, e compreenderão as modalidades de atletismo, hipismo, basquetebol, natação, pentatlo-militar, tênis, tiro, volibol e orientação.

As Olimpíadas visam essencialmente a incrementar, através do esporte, a coesão entre os integrantes do Exército, estimulando o desenvolvimento do espírito de Corpo das Grandes Unidades, selecionar atletas para representar o Exército em Competições das Forças Armadas e desenvolver o gosto pela prática do esporte.

Para a sua consecução a DACED propôs, e foram aprovados recursos financeiros orçamentários que foram distribuídos proporcionalmente aos Exércitos e Comandos Militares de Área.

VOLIBOL

Devido aos resultados obtidos, diversos atletas foram selecionados, em 81, para representar o BRASIL em competições militares internacionais. No volibol, a equipe brasileira, que contou com o Maj PINA, Cap ELITO, Cap TERRA AMARAL e 1º Ten OLIVEIRA PINTO, participou do XI Campeonato Mundial de Volibol Militar, patrocinado pelo Conseil Internacional du Sport Militaire (CISM), na cidade de HARDERWIJK (HOLANDA). Competindo contra 12 equipes, algumas oriundas de países com grande tradição no volibol, e quase todas utilizando atletas de suas seleções nacionais, a equipe do BRASIL conquistou a medalha de bronze, relativa ao 3º lugar.

As Olimpíadas congraçam, aproximam, integram. . .

OUTRAS PARTICIPAÇÕES

Nos demais esportes, os militares do Exército integraram, com êxito, equipes que disputaram:

- IX Campeonato Mundial de Judô – em COLORADO (USA)
- XXX Campeonato Mundial de Pentatlo Militar – em BREMVARTEN (SUIÇA)
- XVI Campeonato Mundial de Pentatlo Moderno – WARENDORF (RFA)
- XIII Campeonato Mundial de Pára-quedismo – em DAMASCO (SÍRIA).

JOÃO DO PULO

Em Setembro de 81, o 3º Sgt JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA, da Escola de Educação Física do Exército, obteve o resultado mais expressivo para o atletismo brasileiro, quando, representando o país na 3ª Copa do Mundo de atletismo, em ROMA (ITÁLIA), obteve o 1º lugar no salto triplo, batendo o recorde da Competição, com o resultado de 17,37m.

COMPETIÇÕES ENTRE AS FORÇAS ARMADAS

No corrente ano, o Exército vem se destacando nas competições entre as Forças Armadas, já tendo vencido o **Judô** e o **Tiro**, sendo que neste foram batidos vários recordes das Forças Armadas, nas seguintes provas:

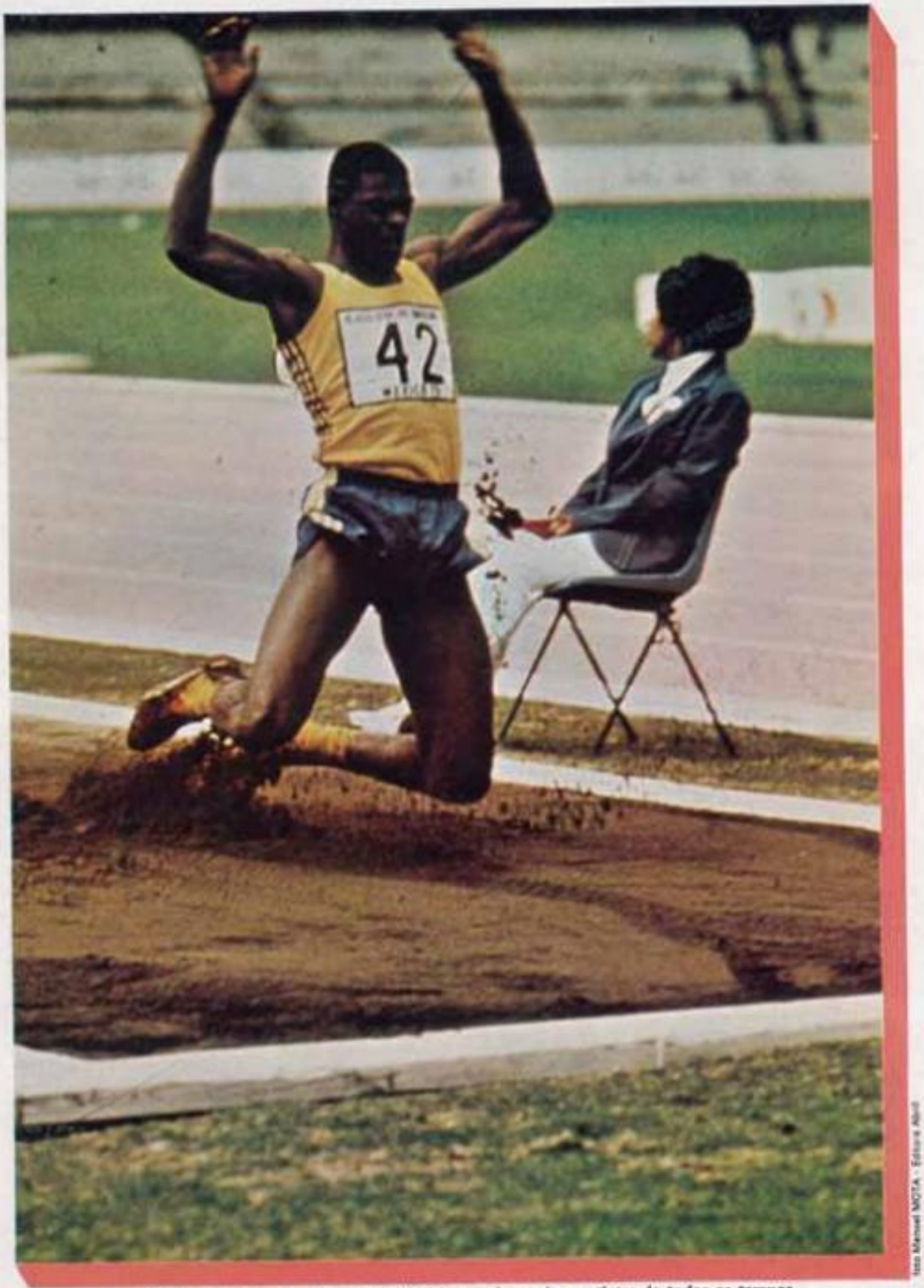
– Tiro rápido militar (arma curta): 1º Ten JOSÉ DE FÁTIMA MOURA LEAL, com 580 pontos (o recorde anterior era de 574 pontos);

– Fuzil Standard 300m UIT: 1º Ten PAULO ANTÔNIO ALMEIDA FABER, com 546 pontos (o recorde anterior era de 495 pontos);

– Fuzil Rápido Militar: 1º Ten PAULO ANTÔNIO ALMEIDA FABER, em 527 pontos;

Por equipe, o Exército bateu os recordes das provas de Fuzil Standard com 2164 pontos e de Fuzil Militar Rápido, com 2007 pontos, com os seguintes atiradores: 1º Ten PAULO ANTONIO ALMEIDA FABER, Asp Of EDUARDO DINIZ, 2º Sgt JOAQUIM PEDRO AZAMBUJA e 3º Sgt DIVERSINO COTRIN DE CARVALHO (os recordes anteriores eram de 2001 e 1859 pontos, respectivamente).

Esses resultados altamente significativos resultam de dois fatores muito importantes: as armas e a munição que o Exército adquiriu recentemente e a renovação dos atiradores do Exército, que certamente irão assegurar a necessária continuidade no futuro.



3º Sgt JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA, um dos maiores atletas de todos os tempos

Material

Protótipos para o Exército

O Setor de Pesquisa e Desenvolvimento da Fábrica de Itajubá foi criado pela IMBEL com a finalidade de estudar e desenvolver protótipos de produtos bélicos para uso nas Forças Armadas.

Os modelos desenvolvidos sofrem testes exaustivos de emprego e só entram em fase de produção após testados e aprovados pelo órgão oficial brasileiro que é o Campo de Provas da Marambaia. Dentre os produtos estudados pelo Setor de Pesquisa, merecem destaque:

FAL CALIBRE 22

Trata-se de uma carabina semi-automática, com características do FAL, exceto no calibre, que é 22.

Mantém idênticos o peso, a forma, o aparelho de pontaria, a empunhadura e a possibilidade de colocação de baioneta.

VANTAGENS

O FAL 22 destina-se ao treinamento inicial do recruta nas instruções de tiro. O emprego dessa arma no período de aprendizagem do soldado, traz uma série de vantagens, como:

– Melhor controle emocional do homem, devido ao baixo estampido e fraco recuo;

– Considerável economia de despesa em munição, devido à diferença de valor entre um cartucho 7,62 NATO e um cartucho 22, permitindo que o soldado dê um número maior de tiros e aperfeiçoe sua pontaria. Para os comandantes de unidades, também traz algumas vantagens, como:

– Não há necessidade de estande especial, pois, devido à pouca energia do projétil 22, o tiro poderá ser feito dentro da própria OM, contra sacos de areia, paredes, muros ou barrancos. Isto evita transporte de tropas, desgaste de viaturas, gasto de combustível, alimentação no estande e possibilita o tiro com qualquer tempo;

– Pode ser empregada em zonas urbanas, onde um projétil de baixa energia é mais indicado;

– Pode ser usada pelas sentinelas e guardas com baioneta armada.

SUB METRALHADORA 9 mm

É uma arma de características modernas, podendo ser usada em várias versões: com coronha rebatível e cano curto ou com coronha rígida e cano mais longo, permitindo a colocação da baioneta.

Tem forma semelhante ao FAL e utiliza mais de 50% de suas peças. Seu mecanismo de disparo é totalmente intercambiável com o mecanismo de disparo do FAL, o que traz algumas vantagens ao usuário, como uma cadeia de suprimento com menor quantidade de itens, mecânica conhecida dos armeiros, manutenção semelhante, etc.

Possui excelente balanceamento dinâmico, não "puxando" durante o tiro automático e permitindo, sem dificuldade, o disparo com uma única mão.

A percussão é feita por ação de martelo, não havendo deslocamento de massa no momento do tiro; este fato lhe garante uma melhor pontaria no regime intermitente. É uma arma segura, possuindo trava e dispositivo de segurança contra quedas.

Submetralhadora 9 mm, com coronha rígida

Bélico

Exército tem novos detectores de minas

Durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, especialmente nesta última, foram empregadas intensamente as minas terrestres em todas as fases das operações militares. Tal foi o uso desse meio que a expressão "guerra de minas" passou a significar um conflito à parte, onde a engenhosidade e a tecnologia andavam de mãos dadas.

Os conflitos convencionais posteriores, na Coréia e no Oriente Médio, confirmaram o emprego de minas, em larga escala, como meio defensivo e ofensivo.

PRIMEIROS ESFORÇOS

No Brasil, os primeiros esforços de nossa indústria nesse campo datam da II Guerra, quando algumas fábricas militares passaram a produzir alguns tipos de minas metálicas e detonadores. Hoje, temos várias indústrias civis em condições de fabricar minas e outros artefatos similares.

O mesmo desenvolvimento, porém, não tiveram os meios de detecção dessas minas.

Após algum tempo de gestões junto a vários fabricantes, optou o Exército pela nacionalização do modelo de detector DM-1000 do "INSTITUT DR FORSTER" da Alemanha, adotado por vários países da OTAN e fabricados em São Paulo, com índice de nacionalização de 84%.

Este detector apresenta, entre outras, as seguintes características: peso - 4,2kg; comprimento aberto - 1,60m; alcance útil - 0,60m; faixa de operação - de -15°C a + 60°C; fonte - 6 pilhas comuns, com autonomia de 60 horas.

A indústria nacional e o reaparelhamento

O Exército Brasileiro, dentro das Diretrizes Ministeriais, ao buscar a modernização e atualização do seu Material Bélico, com vistas a bem cumprir sua destinação constitucional de, juntamente com as demais Forças Singulares, proporcionar segurança à Nação Brasileira optou por adotar uma política nacionalista em matéria de equipamento e reequipamento militar.

Isto significa procurar as melhores condições de operacionalidade sempre que possível, com material de origem nacional só recorrendo ao mercado fornecedor externo em caso de absoluta impossibilidade em se contar com similar fornecido pela indústria brasileira.

Ciente da realidade do parque industrial nacional ainda não totalmente desenvolvido e, portanto, sem condições de fornecer todos os itens necessários à instrução e ao adestramento de seus homens, o Exército Brasileiro vem realizando um programa de reequipamento modesto, mas seguro, constante e progressivo, adequado à nossa atualidade.

Para atingir os objetivos fixados, o Exército fundamentou sua política de material dentro das seguintes diretrizes:

– obtenção dos equipamentos necessários, preferencialmente, no nosso parque industrial, de forma a reduzir a dependência de importação;

– orientação da pesquisa para a criação e o desenvolvimento da tecnologia do material bélico, visando não só à transformação e à modernização do material antigo, como à produção de novos, variados e atualizados equipamentos;

– estímulo ao desenvolvimento, alicerçado em tecnologia autóctone, da indústria privada nacional que produz material de emprego militar.

PROVIDÊNCIAS

Consoante esta política de nacionalização e modernização do material bélico em uso, o Exército Brasileiro tomou ou está tomando as seguintes providências:

– nacionalização de mísseis terra-ar adquiridos, inicialmente, no exterior, desenvolvendo sistema de armas antiaéreas, bem como foguetes de uso terrestre;

– aperfeiçoamento dos meios atuais de defesa anti-carro com a fabricação, no País, de novo tipo de míssil;

– definição e aperfeiçoamento do modelo de máscara contra-gases a ser adotado pelo Exército e que deverá ser encomendado à indústria nacional;

– fabricação, através da Imbel, de calculadora eletrônica para controle do tiro de Artilharia, objetivando maior rapidez na obtenção e processamento dos dados de tiro.

Acompanhando a natural evolução da tecnologia em armamento em todo o mundo e visando minimizar os custos que tais mudanças acarretariam, o Exército tem procurado, sempre que possível, adaptar ou transformar, modernizando, o material atualmente em uso.

Assim, encontram-se presentemente em andamento as seguintes transformações:

– do calibre .45, de Pistolas e Metralhadoras de Mão Ina, para 9mm, calibre este utilizado pela maioria dos exércitos no mundo, inclusive o nosso;

– do calibre .30 das antigas metralhadoras para o de 7,62mm, calibre este atualmente em uso não só pela NATO como também pelas nossas Forças Armadas;

– do calibre 76mm dos canhões dos carros de Combate M-41 para 90mm, calibre este mais atual e adequado às presentes exigências dos campos de batalha.

Informe VO

Programa contra a seca

O 1º Gpt E Cnst, criado em 1955, com a missão de executar obras rodoviárias e obras contra as secas no Nordeste, por solicitação da SUDENE e do Governo do Estado da Paraíba passou a atuar diretamente no Programa de Emergência contra a seca no Oeste do Estado de 01/10/81 a 31/05/82.

Neste período, o efetivo de alistados variou de 6.721 a 8.000 pessoas, abrangendo áreas rurais dos municípios de Cajazeiras, Santa Helena, Cachoeira dos Índios e Bom Jesus. A equipe de trabalho do Comando do Grupamento, em sua fase final, estava constituída por 13 militares e 67 civis contratados.

Os serviços executados visavam, conforme orientação da SUDENE, a aumentar as reservas hídricas, e foram atingidos os seguintes resultados:

Construção de Açudes	–	25	(2.810.000 m^3)
Recuperação e ampliação de Açudes	–	43	(4.350.000 m^3)
Construção de Barreiras	–	11	
Construção de Poços	–	19	

Foram também implantadas hortas junto a alguns açudes, com emprego de mão-de-obra feminina, visando à orientação sobre técnica de plantio e educação para criar novos hábitos alimentares. Com a utilização de uma Unidade Móvel de Assistência do FUNRURAL, Mercado Volante da COBAL e distribuição gratuita de medicamentos da CEME, procurou-se, paralelamente, dar assistência social aos alistados.

Ramal Industrial

Prosseguindo em sua missão de adestramento e treinamento dos militares na construção de ferrovias e enriquecendo, ainda mais, o grande acervo de obras realizadas em prol das ferrovias brasileiras, o 1º Batalhão Ferroviário – sediado em LAGES/SC, fez entrega à RFFSA, através da Superintendência Regional de PORTO ALEGRE, do Ramal Industrial da Região Metropolitana de PORTO ALEGRE e do Pátio Industrial de ESTEIO. Com essa obra, o 1º Batalhão Ferroviário familiarizou-se com a tecnologia do emprego do trilho longo soldado.

Os trabalhos previstos no convênio para o Ramal Industrial compreenderam a construção, pelo 1º B Fv, da superestrutura da ligação CANOAS-ESTEIO. Este Ramal, com seu Pátio Industrial, integra o complexo do sistema de transporte suburbano da Região Metropolitana da Grande PORTO ALEGRE. Sua construção, além de liberar para a implantação do Trem Suburbano a atual faixa de domínio entre CANOAS e ESTEIO, por onde se faz hoje o atendimento do terminal da PETROBRÁS, colocará com seu Pátio Industrial um ponto intermodal para transbordo de cargas na área industrial da Região Metropolitana e descongestionará as estações de PESTANA e de PORTO ALEGRE.

O Ramal Industrial, localizado próximo à Refinaria ALBERTO PASQUALINI, do lado esquerdo da BR-116, para quem procede de PORTO ALEGRE, teve a sua superestrutura implantada com a utilização de dormentes de concreto, o percurso reduzido em 39 quilômetros e eliminadas duas operações suplementares de manobra na Estação de AUGUSTO PESTANA. O trecho tem 17,6 km e dispõe de um pátio de manobra com 19 linhas com um total de 18 km de extensão.

A obra entregue ao tráfego apresenta as seguintes características técnicas: superestrutura assentada com dormentes de concreto, trilho longo soldado (TR-45) e bitola de 1,00m; infra-estrutura de 1,60m; rampa máxima de 1%; raio mínimo de 300m; velocidade máxima de projeto de 50 km/h e 81 km/h de velocidade real.

Este ramal parte do km 18 da EF-290, Linha PORTO ALEGRE-URUGUAIANA e passa por áreas determinadas no Plano Diretor Metropolitano da Grande PORTO ALEGRE para novos desenvolvimentos industriais, devendo auxiliar a ferrovia gaúcha a conquistar novos mercados, especialmente ligados ao transporte de cimento e materiais siderúrgicos.

Ferrovia da Soja

O 1º Batalhão Ferroviário na sua missão de adestramento e treinamento de militares na construção de ferrovias, recebeu o encargo de construir a EF-277, trecho Guarapuava-Cascavel (Ferrovia da Soja), no Paraná.

O trecho cogitado para implantação no momento é o de Guarapuava – Goioxim, com 52 km, estando o Batalhão preparado para receber todo o trecho até Cascavel, podendo assim atuar em toda a extensão dos 242 km previstos.

A EF-277 será uma ferrovia de alto gabarito, e seu Projeto Final de Engenharia foi elaborado de acordo com as Normas Técnicas para a construção de estradas de ferro no Brasil. Construída em bitola métrica, terá rampa máxima de 1,3%, raio mínimo de 600m e em sua superestrutura serão empregados dormentes monobloco de concreto produzidos pelo próprio Batalhão.

No trecho de Guarapuava a Goioxim serão construídas 5 (cinco) pontes, constando do projeto a escavação de aproximadamente 10 milhões de m^3, com grande percentagem de material rochoso, dadas às características geológicas da região.

Moderna maquinaria para a ferrovia

FORMAÇÃO

QUALIFICAÇÃO

Exército: Profissionalização Permanente

ADESTRAMENTO

MODERNIZAÇÃO

Caxias e a Batalha de Avaí

O Exército Brasileiro reconhece em Luís Alves de Lima e Silva a sua maior personalidade.

Por suas singulares virtudes de soldado e de cidadão, sua perfeita identificação com a Força, sua dedicação exclusiva ao serviço da Pátria, o Exército escolheu Caxias para seu Patrono.

O sentimento de honra, a participação no processo histórico brasileiro, o trabalho profícuo, a indormida vigilância na defesa dos valores nacionais, tornaram Caxias o sustentáculo do Império e o responsável pela unificação do País.